

545914898

ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Castro Filho*

Sumário: 1. Considerações exórdiais. 2. Princípios constitucionais. 2.1. Princípio da legalidade. 2.2. Princípio da impessoalidade. 2.3. Princípio da moralidade. 2.4. Princípio da publicidade. 3. Sujeitos em matéria de improbidade. 4. Atos de improbidade administrativa. 4.1. Atos que não causam prejuízo ao erário. 4.2. Atos perniciosos ao Poder Público. 4.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública. 5. Sanções por atos de improbidade. 6. Atos de improbidade e princípio da proporcionalidade. 7. Improbidade por ato culposos.

1. Considerações exórdiais. O vocábulo **improbidade** é de origem latina: *improbitate*, e quer dizer falta de probidade ou, numa palavra, **desonestidade**. O legislador, seja na Constituição, seja na lei infraconstitucional (Lei n. 8.429, de 02.06.92), não define o que se deve entender por **improbidade administrativa**. Ao se omitir, a lei abriu oportunidade à ampliação do que se possa conceber como tal, “gerando grandes equívocos, pois possibilitou que atos administrativos ilegais, instituídos sem má-fé, ou sem prejuízo ao ente público fossem confundidos com os tipos previstos na presente lei”, afirma *Mauro Roberto Gomes de Mattos* (O limite da improbidade administrativa, América Jurídica, 2006, p. 2).

Antes assim – poder-se-ia dizer – porque definições ou conceituações melhor ficam com a doutrina; quase sempre, quando o legislador se dispõe a dar conceitos, não se revela muito feliz. Todavia, no que tange à questão, realmente, poderia a lei ser mais explícita, oferecendo, pelo menos, uma noção mais esclarecedora do que se pudesse entender por improbidade administrativa. Com isso, se evitaria – como lembra também *Gina Copola* – que qualquer conduta culposa, que não extrapola os limites da mera irregularidade, sem um mínimo de dano ao erário, pudesse ser reputada, como já ocorreu, como ato de improbidade (Revista Zênite de Direito Administrativo n. 81, abril/2008, p. 838).

Com efeito, de abrangência até certo ponto dispensável, é a Lei 8.429/92, que, sem oferecer noção, ainda que superficial, sobre o que se possa entender por improbidade administrativa, limita-se a arrolar, longamente, os atos de improbidade. Fá-lo nos artigos 9º, 10 e 11, enumerando quais são, respectivamente, os atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito, com ou sem danos ao erário; os que cau-

* Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, é professor de Direito Processual Civil do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), da Escola da Magistratura do Estado de Goiás e consultor jurídico em Brasília.

sam prejuízo ao Poder Público, e aqueles que, não obstante sejam incapazes de causar dano material ao ente público, atentam contra os princípios administrativos.

Todo o enunciado da referida lei teria por matriz o artigo 37 da Constituição Federal, que assim determina, em seu *caput*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...;

Eis aí os princípios básicos norteadores da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros. São de observância cogente, sob pena das sanções do parágrafo 4º do mesmo artigo, que diz:

§ 4º. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e na gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Como se vê, também a norma constitucional, embora a ela se refira, fica longe de definir o que se possa entender por improbidade administrativa.

2. Princípios constitucionais

2.1. Princípio da legalidade. É o princípio em torno do qual gravitam os demais; é o núcleo, a essência do chamado “Estado de Direito”, no qual, mais que o homem, governam as leis. É dizer, o administrador público tem como limite à sua atuação a norma jurídica, isto é, só pode agir *secundum legem*, lembra *Marino Pazzagli Filho*, que acrescenta: “A observância do princípio da legalidade é dever do agente público e prévia condição para atuar licitamente” (Lei de improbidade administrativa comentada, Atlas, 2002, p. 28). Como ensinava *Hely Lopes Meirelles*, em lições que se perpetuam ao longo dos anos, por serem, em regra, de ordem pública, não podem as leis administrativas ser descumpridas, ainda que haja consenso entre seus aplicadores e destinatários (Direito administrativo brasileiro, Malheiros, edição atualizada por *Eurico de Andrade Azevedo* e outros, p. 83).

O princípio da legalidade, elevado às culminâncias constitucionais, representa, em termos administrativos, como salienta *Waldo Fazzio Júnior*, não só garantia, mas também, limite de legalidade para administradores e administrados. (Atos de improbidade administrativa, Atlas, 2007, p. 8).

Assim, como dito anteriormente, trata-se de *princípio-núcleo*, em torno do qual giram os demais, que, se inexistissem, no que diz com a administração pública, pouca falta fariam.

2.2. Princípio da impessoalidade. Como sóe acontecer no mundo do Direito, não há unanimidade entre os autores sobre o que se deve entender por **impessoalidade**. Enquanto alguns, como *Hely Lopes Meirelles* e *Alexandre de Moraes* associam-no ao princípio da finalidade, outros o apreciam sob a ótica do administrado, como *José Afonso da Silva* e *Kele Cristiane Diogo Bahena*. Para eles, a administração deve realizar-se como obra de um corpo administrativo, não como se resultasse do empenho de um determinado agente (*Moser Vhoss*, “Dano moral e improbidade administrativa”, Fabris Editor, 2008, p. 32/33).

Captaram bem a intenção do legislador aqueles, como *Odete Medauar* (Direito Administrativo moderno, Revista dos Tribunais, 1999, p. 141), que vêem esse princípio como óbice à Administração de considerar certos fatores pessoais como determinantes de suas ações. Seriam as atuações que teriam por base razões subalternas, como as simpatias ou antipatias pessoais, bem como aquelas movidas por sentimentos de vingança ou, por outro lado, de protecionismo familiocrata, popularmente conhecido por nepotismo.

Enfim, a desobediência ao princípio da impessoalidade acabaria, não raro, por ferir outro princípio bastante robustecido na atual Constituição: o **princípio da isonomia**.

2.3. Princípio da moralidade. Em vista da abrangência da Lei de Improbidade Administrativa (LIA), fácil também não é mencionar o alcance desse princípio insculpido na Constituição da República. *Maria Rita Squeff Conceição*, citando *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*, lembra ter sido *Maurice Hauriou* o responsável pela introdução no mundo jurídico do conceito de **moralidade administrativa**, fazendo-o já na primeira edição de seus “*Précis Élémentaire de Droit Administratif*”, em 1910 (Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, nº 39, p. 72). Para esse conceituado autor francês, a moralidade administrativa resulta de um conjunto de regras de conduta extraídas da disciplina interior da Administração. Por isso, na sua concepção, a moralidade administrativa é, às vezes, até mais exigente que a própria legalidade.

Em sua obra “Discrecionabilidade administrativa na Constituição de 1988” (Atlas 1991, p.110), *Maria Sylvia Zanella Di Pietro* afirma que não só a finalidade, mas, igualmente, o objeto ou o conteúdo do ato administrativo deve ser exibido sob as vestimentas da moralidade. Mais ou menos no mesmo sentido, manifesta-se *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*, citado por *Hélio Saul Mileski*: (O controle da gestão pública, Revista dos Tribunais, 2003, p. 40), para quem a moralidade deve estar presente na motivação, mas, também, na finalidade do ato.

Com efeito, em regra, na Administração Pública, os fins não justificam os meios. Daí concordar *Moser Vhoss* (ob. cit., p. 37) com a posição mais abrangente de

Wallace Paiva Martins Júnior, que vincula a moralidade não só aos motivos, mas, igualmente, ao objeto, à finalidade e aos efeitos do ato administrativo (Probidade administrativa, Saraiva, 2002, p. 35).

Em resumo, agir sob o império da moral é pautar a ação segundo os ditames da ética, que, em qualquer circunstância, é preceito preciosíssimo, mormente em se tratando de administração pública. A ética, que tem por fundamento a moralidade, é um princípio que, como dito alhures, não pode ter fim.

2.4. Princípio da publicidade. Também poderia ser chamado de **princípio da transparência**. É pela publicidade que o administrado pode aquilatar a atuação do administrador. É princípio, igualmente, dos mais importantes, porque permite e possibilita avaliar se o administrador está se conduzindo em consonância com os demais regramentos balizadores de sua atuação, principalmente aqueles que dizem com a legalidade e moralidade. Pode viabilizar-se de diversas formas: publicação na imprensa oficial ou na ofíciosa; prestação de contas aos tribunais respectivos e por meio de órgãos comuns de divulgação. Além de conferir certeza às condutas de quem administra, propicia segurança aos direitos do cidadão. Como diz *Carmen Lúcia Antunes Rocha*:

“Sem ela, a ambigüidade diante das práticas administrativas conduz à insegurança jurídica e à ruptura do elemento de confiança que o cidadão tem que depositar no Estado” (Princípios constitucionais da administração pública, Del Rey, 1994, p.23).

O agente público, de qualquer grau, mas, principalmente aquele de nível mais elevado, deve proceder de modo a não criar dúvida quanto à lisura de sua conduta. Daí a importância da divulgação de seus atos. Afinal, ao administrador, assim como à mulher de César, consoante velho brocardo, “não basta ser honesto; é preciso parecer”, isto é, precisa mostrar que realmente é correto. Por isso mesmo a relevância da publicidade como instrumento de exteriorização de sua conduta.

A divulgação dos atos da administração pública, porém, não deve confundir-se com a publicidade, não raro enganosa, da pessoa do administrador. A própria Constituição diz, no artigo 37, § 1º, que a divulgação deverá ter “caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.” No ponto, como é de fácil verificação, o princípio que proíbe o culto à personalidade é pouco levado a sério no Brasil.

2.5. Princípio da eficiência. Só quase dez anos após promulgada a vigente Carta Magna é que esse princípio alcançou os píncaros constitucionais. Veio com a Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98, já em vigor, portanto, a Lei da

Improbidade, que é de 1992. Certamente, por isso é que a LIA a ele não se refere, mencionando apenas, os “princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (art. 4º).

O vocábulo **eficiência** aqui está empregado em seu sentido genérico, significando eficácia, que é a qualidade ou propriedade do que é eficaz. Assim, quem age com eficiência tende a alcançar o efeito desejado. É princípio direcionado às normas que têm por meta o acerto administrativo, indicando, como dizem *Vidal Serrano Nunes* e *Luiz A. David de Araújo* que a

“Administração Pública, em todos os seus setores deve concretizar atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado” (Curso de Direito Constitucional, Saraiva, 1998, p. 235).

A toda evidência, a eficiência de que fala a Constituição tem sentido teleológico, mas, além do resultado proveitoso aos administrados, não se pode descurar, também, dos meios utilizados e da observância da relação custo-benefício, assim como da utilização inteligente dos recursos disponíveis, humanos, materiais e financeiros. Deixa de ser eficiente uma gestão que, não obstante os resultados proveitosos, os tenha conseguido com custo superior ao razoável, não só de tempo como de dinheiro.

3. Sujeitos em matéria de improbidade. Da leitura dos três primeiros artigos da Lei nº 8.429/92, é possível concluir-se que o **sujeito ativo**, ou seja, quem pode, contrariando algum daqueles ou de outros princípios, cometer ato de improbidade é o **agente público**, como tal reputado aquele que, servidor ou não, exerce, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas na referida lei. Será considerado ímprobo, do mesmo modo, aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato ilícito ou dele se beneficie sob qualquer forma. Mas agente público que não seja **agente político**. Este, em determinadas circunstâncias, segundo a mais atualizada doutrina, com base em pronunciamentos dos tribunais, está subordinado a outras leis, como a Lei 1.079/50, e o Dec.-Lei 201/67. Nesse sentido já decidiu, inclusive, o Supremo Tribunal Federal, na Reclamação nº 2.138, julgada em 13.06.07, com publicação em 18.04.08, Rel. Ministro Nelson Jobim.

Sujeitos passivos são as entidades referidas na lei, isto é, aquelas em relação ou contras as quais podem ser praticados atos de improbidade. Não são poucos esses sujeitos:

- 1 a Administração – direta, indireta ou fundacional – de quaisquer dos poderes da União, estados, Distrito Federal ou municípios;
- 2 empresa incorporada ao patrimônio público;

- 3 entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício de órgão público;
- 4 entidade para cuja criação ou custeio tenha contribuído ou ainda concorra o Poder Público com mais de cinquenta por cento na formação de seu patrimônio ou de sua receita anual. Caso a participação do erário, no passado ou no presente, seja inferior a cinquenta por cento do patrimônio ou da receita da entidade, mesmo assim, o ato será considerado como de improbidade, ficando, entretanto, a sanção patrimonial limitada à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

4. Atos de improbidade administrativa

4.1. Atos que não causam prejuízo ao erário. Como já visto, nem todos os atos omissivos ou comissivos, em sede de administração pública, têm poder ofensivo capaz de causar prejuízo ao erário. Nem por isso estão excluídos, segundo a lei, do rol dos atos de improbidade. É o que se extrai da leitura do artigo 9º da LIA, cujo *caput* diz constituir “ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função emprego ou atividade nas entidades mencionadas no artigo 1º desta lei”, exemplificando-os a seguir.

Da robusta relação ali contida, nota-se que, em muitas situações, não se vislumbra qualquer possibilidade de dano material ao Poder Público. Agasalha o artigo, em seus doze incisos, a prática de atos, muitas vezes, ofensivos, não ao erário, propriamente, mas, à ética administrativa.

4.2. Atos perniciosos ao Poder Público. O contrário ocorre nas previsões do artigo 10 da referida lei, em seus treze incisos. Ali são relacionados os atos omissivos ou comissivos que causam prejuízo ao Poder Público. Na dicção do dispositivo, toda ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades antes mencionadas é caracterizada como de improbidade administrativa.

4.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública. Para concluir o extenso rol (que, apesar disso, não é exaustivo, em nenhuma de suas espécies), a Lei traz no artigo 11, em menor número, os atos que, apenas, atentam contra os princípios da Administração Pública. São aqueles que importam em ações ou omissões que, genericamente, violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

Diferentemente das anteriores, a subjetividade de muitas situações que possam refletir ofensa aos princípios administrativos deve exigir do julgador a sempre indis-

pensável prudência, no momento de decidir. Deve-se ter presente que, não raro, o atentado a tais princípios não é real, é apenas aparente.

5. Sanções por atos de improbidade. Tenho afirmado, em ocasiões diversas, em salas de aula e em palestras, que, lamentavelmente, a desonestidade, o senso de irresponsabilidade e a corrupção têm-se agigantado tanto em nosso País, que estamos perdendo o referencial do que é correto. É um cenário triste e muito grave. Talvez isso justifique a severidade da Lei nº 8.429/92, no que diz respeito às sanções para os atos de improbidade administrativa.

Assim é que, independentemente das sanções penais, civis ou administrativas previstas em outras legislações, para aqueles atos que importem em enriquecimento ilícito, as consequências serão:

- 1 perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, e pagamento de multa equivalente a três vezes esse valor;
- 2 ressarcimento integral do dano, se houver;
- 3 perda da função pública, se for o caso;
- 4 suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos;
- 5 proibição de contratar com o Poder Público;
- 6 impossibilidade de incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por dez anos.

Para os casos de atos causadores de prejuízo ao erário:

- 1 ressarcimento integral do dano e pagamento de multa de até o dobro do seu valor;
- 2 perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio e, se for o caso, também da função pública;
- 3 suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos;
- 4 proibição de contratar com o Poder Público;
- 5 impossibilidade de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, mesmo que por intermédio de pessoa jurídica de que seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

E, finalmente, para o caso de prática de ato de improbidade atentatório aos princípios da Administração Pública, as sanções são as seguintes:

- 1 ressarcimento integral do dano, se houver;
- 2 perda da função pública, se for o caso;
- 3 suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos;

- 4 pagamento de multa de até cem vezes o valor percebido a título de remuneração pelo agente;
- 5 proibição de contratar com o Poder Público;
- 6 impossibilidade de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, ainda que indiretamente, mesmo que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por três anos.

Nota-se que o legislador, em comparação com os atos causadores de prejuízo ao erário, foi mais severo nos casos de enriquecimento ilícito, no que toca à suspensão de direitos políticos: oito a dez anos, na primeira hipótese acima referida, e cinco a oito na segunda. Também no que se refere à multa: até três vezes o montante dos bens ou dos valores ilicitamente acrescidos ao seu patrimônio, nas situações de enriquecimento ilícito, e até o dobro do valor do prejuízo causado ao Poder Público, na segunda. Igualmente, quanto à possibilidade de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios: dez anos, na primeira espécie, cinco anos, na segunda.

Mais complacente foi ainda o legislador para os casos de atos atentatórios aos princípios da Administração: três a cinco anos de suspensão dos direitos políticos; multa de até cem vezes o valor da remuneração e impossibilidade de receber benefícios, ou incentivos fiscais ou creditícios, por, apenas, três anos.

Melhor seria – é de se acreditar – que, para todas as situações, se estabelecesse um mínimo e um máximo único, deixando ao prudente critério do juiz a dosimetria, dependendo da gravidade e repercussões do ato no meio social.

6. Atos de improbidade e princípio da proporcionalidade. Ainda que contemplada na lei, é de se ressaltar que nem toda prática de ato de improbidade poderá resultar em condenação. Louvando-se em *Emerson Garcia, Rodrigo Valverde Martinez Suárez* (Revista de administração municipal, n. 266, p. 52), lembra que, em algumas ocasiões, para evitar situações absurdas, há que se aplicar o **princípio da proporcionalidade**.

Realmente, há atos que, embora à luz da lei, possam ser vistos como ilícitos, seu resultado poderá ser de absoluta insignificância, seja no que toca ao prejuízo ao erário, seja no que representa de proveito ao seu autor ou a quem dele se beneficie. Seriam, nos exemplos citados pelo mencionado autor, hipóteses como: anotação de recado particular, por agente público, em folha de bloco da repartição; a utilização de clipes ou grampos do serviço público para prender documentos particulares; o recebimento, por uma funcionária, de um simples bombom de alguém que dela tenha obtido informações sobre a fase de andamento de processo de seu interesse. Todas essas situações poderiam amoldar-se à previsão da LIA, mas, por resultar em **benefício de bagatela**, seria altamente irrazoável e desproporcional aplicar contra essas pessoas qualquer das sanções, por menor que sejam, dentre aquelas previstas na legislação.

7. Improbidade por ato culposo. Discutia-se muito na doutrina, nos primeiros anos de vigência da Lei de Improbidade, sobre a imposição de seus rigores aos casos, omissivos ou comissivos, praticados pelo agente público ou por alguém a ele equiparado, sem a intenção de alcançar o resultado legalmente censurável, isto, é por **mera culpa**.

Com efeito, em alguns momentos, fala a lei em responsabilização, não só por dolo, mas, também, por culpa. É o caso, por exemplo, do artigo 5º, segundo o qual, havendo lesão ao patrimônio público, “por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.” E, no artigo 10, é a lei clara ao dizer constituir improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que cause prejuízo ao erário.

Destarte, uma leitura rápida desses dispositivos, poderá levar à compreensão de que sempre que o agente ou mesmo o terceiro a ele equiparado, praticar alguns dos atos relacionados na lei, e causar prejuízo ao patrimônio público, por ele responderá, mesmo por culpa, não importando seja o ato omissivo ou comissivo.

Quanto ao prejuízo, é desimportante seja ele material ou moral (também me filio à corrente que admite o dano moral contra a Administração Pública), Mas, por **mera culpa**, poderia constituir ato de improbidade?

Para alguns, a Constituição Federal não teria, por força do enunciado do parágrafo 4º de seu artigo 37, recepcionado os artigos retro mencionados, na parte em que fazem referência à culpa. Não comungo, *data vênia*, com esse pensamento. A Constituição, como já dito, não define o que é ato de improbidade administrativa; apenas sentencia que a prática de tais atos será punida com a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e ressarcimento do erário, “na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.” Não fala – nem seria de conveniência dizê-lo – se por ato doloso ou culposo, deixando essa incumbência ao legislador infra-constitucional.

Até aí, tudo bem. Só que, por ser incompatível com a natureza do ilícito, jamais se poderia admitir a prática de ato de improbidade por culpa simples, aquela caracterizada por negligência, imperícia ou imprudência. Seria uma incongruência. Todo e qualquer ato dentre aqueles descritos na Lei, ou que a eles se assemelharem, já que o rol não é exaustivo, que cause dano material ou não ao Poder Público, só será punível se praticado dolosamente, é dizer, se produto de vontade consciente, no sentido de alcançar determinado fim ilícito.

Então, a culpa mencionada na Lei de Improbidade até pode ser considerada, mas não a mera culpa. Só a **culpa qualificada**, o **dolo eventual**, na minha compreensão, poderá ensejar, a esse título, a punição. O inciso dez do artigo dez, entre outros, da LIA, poderia fornecer um exemplo: o agente que se omite na conservação do patrimônio público, mesmo não o fazendo com o propósito de lesar o erário, praticará ato de improbidade se a lesão se confirmar, porque o resultado de sua negligên-

cia era previsível e mesmo assim se omitiu, quer dizer, apesar de não querer o resultado, tacitamente, o aceitou.

A questão hoje é tranqüila na doutrina, com base em construção jurisprudencial, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, conforme se infere, entre outras, pelas decisões proferidas nos seguintes feitos: REsp 213.994-MG, em 17.08.99, Rel. Ministro Garcia Vieira; REsp 269.683 – SC, julgado em 06.08.02, sendo relator para o acórdão o Ministro Paulo Medina, e REsp 480.387-SP, acórdão de 16.03.04, de que foi relator o Ministro Luiz Fux.

Por fim, não caracterizam, em regra, improbidade administrativa atos que não satisfaçam ao **princípio da eficiência**. Primeiro, porque não está na lei, segundo porque, embora se encontre na Constituição, ninguém poderá ser penalizado por simples **inabilidade**, como o reconheceu o Ministro *Garcia Vieira*, no recurso supra referido. Isso, só se aplica, porém, aos casos de deficiência indesejada: Claro que a falta de eficiência maliciosa, produto de uma vontade consciente, que tenha por objeto resultado defeso em lei, poderá caracterizar improbidade administrativa.

Uma advertência derradeira se faz oportuna: a toda evidência, ainda que não se configure a improbidade, mesmo que o ato omissivo ou comissivo seja produto de simples culpa, aquele que lhe deu causa poderá ser civilmente responsabilizado, a fim de ressarcir o Poder Público dos prejuízos.